

20-8-94



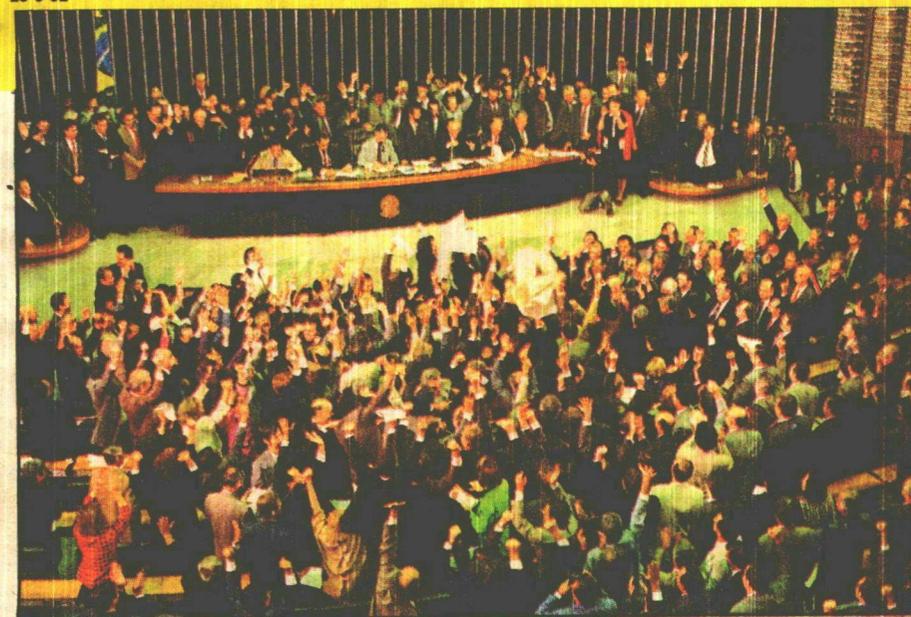
Luiz Inácio Lula da Silva em campanha na Favela do Jacaré, no Rio de Janeiro

# Eleições 94

À francesa



29-9-92



Sessão histórica na Câmara: deputados votam o pedido de impeachment de Collor

# Congresso: faxina não melhora imagem

RODOLFO FERNANDES

BRASÍLIA — A eleição de amanhã, que vai renovar a Câmara dos Deputados e dois terços do Senado Federal, marca o fim da legislatura mais importante da história do Poder Legislativo no Brasil. E também a mais contraditória: a faxina política foi impiedosa, mas isso não permitiu aos políticos vencerem os altíssimos índices de rejeição popular; duas comissões parlamentares de inquérito tiraram da vida pública um presidente da República e a elite política do maior partido do país (o PMDB), mas este ano não foi possível aprovar o Orçamento Geral da União; o presidente do Senado, Humberto Lucena, teve sua candidatura cassada, mas a revisão constitucional que ele presidiu acabou em vexame político.

A disposição moralizante dos atuais parlamentares custou um pouco a aparecer. Em maio de 1991, três meses depois da posse, quando o deputado Nobel Moura (PTB-RO) esmurrou em plenário a deputada Raquel Cândido (PDT-RO), que o acusara de ser traficante de drogas, o Congres-

so reagiu ainda com o velho espírito de corpo. Nobel Moura não foi punido, apesar da pressão da opinião pública. Mas em outubro, o deputado Jabes Rabelo (PTB-RO) foi exemplarmente punido: perdeu o mandato por ter fornecido carteira falsa de assessor ao irmão traficante.

O Congresso tomou gosto por investigações. Em janeiro de 1992, quando propina de US\$ 30 mil ainda era escândalo, uma CPI para investigar o recebimento da comissão por parte do então ministro Antônio Magri fez o presidente Collor demiti-lo. Quatro meses depois, o Congresso instaurou a CPI do caso PC, a maior devassa moral já feita na vida de um presidente brasileiro. Em setembro, a Câmara afastou Collor ao conceder licença para o Senado processá-lo. Ele não voltou mais: foi julgado e condenado pelo Senado. Em dezembro, Collor foi inabilitado para o exercício de funções públicas até o ano 2000.

No meio da euforia pela decisão da Câmara, que marcou o início do Governo Itamar, a depressão tomou de surpresa os parlamentares, quando, em 12 de outubro de 1992, morreu o de-

putado Ulysses Guimarães. O mais experiente político do país fora figura decisiva no processo de impeachment: relutou a aderir, mas quando o fez sustentou a defesa da instituição em nome de todos os parlamentares. Pouco tempo depois, voltou a rotina de escândalos: uma rápida investigação levou à cassação dos deputados Nobel Moura (RO), Onaireves Moura (PR) e Itsuo Takayama (RO), por se venderem ao PSD a fim de garantir ao partido o número mínimo de parlamentares necessário para lançar candidato à Presidência.

Quando se achava que o Congresso já fizera história derrubando um presidente da República, surgiram as denúncias contra a máfia do Orçamento. Em outubro de 1993, começou a CPI. Durou quase um ano, inviabilizou a revisão constitucional, rivalizou em manchetes com o Plano Real e, no fim, entre cassações e renúncias, deixou um parlamento destruído. Tanto que não conseguiu se reunir nem para aprovar o Orçamento do país para 1994. Pela primeira vez na História brasileira os parlamentares não votam o Orçamento, razão da própria existência de parlamentos no mundo.